

CINCO IDÉIAS EQUIVOCADAS SOBRE OS ÍNDIOS ¹

José Ribamar Bessa Freire²

Introdução

Gostaria de iniciar a minha fala informando vocês sobre o lugar de onde estou falando. Sou ex-professor da Universidade do Amazonas, onde trabalhei de 1977 a 1986, inicialmente no curso de Comunicação Social e depois no curso de História, onde lecionei as disciplinas Etnohistória e História do Amazonas. Fui fundador e primeiro editor do *Porantim*, jornal do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, dedicado à causa indígena. Atualmente, sou professor da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde coordeno desde 1992 o Programa de Estudos dos Povos Indígenas. Na palestra de hoje, vou falar um pouquinho sobre o meu trabalho e, depois, penso refletir com vocês sobre cinco idéias equivocadas que muita gente no Brasil ainda tem quando se refere aos índios.

É importante discutir essas idéias equivocadas, porque com elas não é possível entender o Brasil atual. Se nós não tivermos um conhecimento correto sobre a história indígena, sobre o que

¹ Palestra proferida no dia 22 de abril de 2002 no curso de extensão de gestores de cultura dos municípios do Rio de Janeiro, organizado pelo Departamento Cultural. Parte dela havia sido tema de uma conferência em 22 de março de 2000, gravada e transcrita pelo Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH), de Manaus (Am). Decidimos manter, no texto escrito, as marcas da oralidade, para preservar a estrutura do texto original. As duas instituições – UERJ e CENESCH – publicaram o artigo em suas respectivas revistas. FREIRE, J.R. Bessa. **Cinco idéias equivocadas sobre o índio.** In Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). N° 01 – Setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas. FREIRE, J.R. Bessa. **A herança cultural indígena: quem são os herdeiros?.** In CONDURU, R. e SIQUEIRA, V. B – Políticas públicas de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Rio. Sirius/FAPERJ. 2003. Esta última versão, preparada em 2009, com algumas mudanças e acréscimos, é o resultado das oficinas realizadas com professores da rede pública de ensino para a implementação da Lei 11.645 de março de 2008, uma delas em Japeri, em parceria com o professor Aloísio Monteiro da UFRRJ.

² Professor da Faculdade de Educação da UERJ e coordenador, desde 1992, do Programa de Estudos dos Povos Indígenas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNI-Rio.

aconteceu na relação com os índios, não poderemos explicar o Brasil contemporâneo. As sociedades indígenas constituem um indicador extremamente sensível da natureza da sociedade que com elas interage. A sociedade brasileira se desnuda e se revela no relacionamento com os povos indígenas. É aí que o Brasil mostra a sua cara. Nesse sentido, tentar compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer “o outro”, “o diferente”, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos.

No entanto, constatamos que muito pouco foi feito para conhecermos a história indígena. A produção de conhecimentos nesta área não condiz com a importância do tema. As pesquisas são de uma pobreza franciscana. O resultado disso é a deformação da imagem do índio na escola, nos jornais, na televisão, enfim na sociedade brasileira. Por que nós não temos história indígena? Por que os próprios cursos universitários de História não têm a disciplina história indígena nos seus currículos? Durante muito tempo, a academia justificou a ausência de pesquisas, alegando que não existem documentos escritos relacionados à história indígena. A USP tentou verificar se isso era verdade e, em 1991, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha elaborou um projeto de âmbito nacional, dirigido pelo historiador John Monteiro. Coordenei este projeto no Rio de Janeiro, trabalhando com uma equipe de 12 pesquisadores. Nós passamos dois anos e meio vasculhando 25 grandes arquivos do Rio de Janeiro, procurando manuscritos sobre a história indígena.

O resultado foi surpreendente. O Rio de Janeiro, como antiga capital, tem arquivos cujos acervos não se limitam ao local, ao regional, mas cobrem todo o Brasil. O Arquivo Nacional, por exemplo, com essa denominação, dá uma idéia de sua abrangência. A Biblioteca também é Nacional. O Instituto Geográfico e Histórico é Brasileiro, e assim por diante. No Rio estão os arquivos do Itamaraty, do Ministério do Exército, da Marinha, arquivos religiosos como o do Mosteiro de São Bento ou o dos Capuchinhos, registrando informações sobre os índios em todo o país. Num trabalho paciente, a equipe encontrou milhares de documentos sobre índios. A USP publicou um livro com o resultado geral da situação dos arquivos nas capitais brasileiras. A UERJ publicou outro livro *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*, em dois tomos que estão aqui, em minhas mãos. Estamos doando este exemplar para a biblioteca do CENESCH. Se houver interesse, podemos conversar mais sobre isso na hora do debate. É um trabalho que serve

de guia para os pesquisadores, porque diz para eles onde estão os documentos. Ele tem sido consultado por muitos estudiosos de universidades americanas, européias e brasileiras, entre os quais alguns professores da Universidade do Amazonas, como Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro, que defendeu em São Paulo tese de doutorado sobre a cabanagem, um importante movimento de resistência do século XIX e Francisco Jorge dos Santos, cuja dissertação de mestrado é sobre as guerras e rebeliões indígenas na Amazônia do século XIX.

Quando fizemos essa pesquisa, encontramos documentos sobre índios em todo o território nacional, desde 1500 até os dias de hoje, mas o que nos interessava mais de perto era o Rio de Janeiro. Descobrimos que no estado do Rio de Janeiro, até o início do século XX, existiam ainda grupos resistindo. No noroeste fluminense, na serra das Frecheiras, em 1830-40, índios Puri, Coroado e Coropó estavam nas mesmas condições que os Yanomami há 40 anos: sem maiores contatos com a sociedade regional. Então, localizamos no mapa do Rio de Janeiro, no século passado, 15 aldeias. E aí procuramos saber como e porque esses índios foram varridos do mapa, o que afinal tinha acontecido com eles. Pensamos o seguinte: ora, se ainda no século passado existiam 15 aldeias indígenas, então é provável que hoje ainda pudéssemos encontrar documentos nas cidades onde essas aldeias estavam situadas.

Com esta probabilidade, organizamos outro projeto de pesquisa. Formamos uma equipe com alunos da UERJ, percorremos quinze cidades do interior do Rio de Janeiro, fuçando pequenos arquivos paroquiais, cartoriais e municipais. E aí fomos gratificados, porque encontramos uma massa expressiva de documentos nos livros de batismo, de casamento e de óbitos, nos processos judiciais e na documentação cartorial. Exploramos parte desse material, analisamos a documentação e publicamos este livro aqui – *Os Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro* – que é um livro paradidático, destinado aos alunos das escolas de 1º e 2º graus. Também estamos doando este exemplar para a biblioteca do CENESCH. Nos dois últimos anos, meu trabalho consiste em percorrer os municípios do Rio, fazendo oficinas com professores de História, que estão usando este livro na sala de aula. Desta forma, com esse trabalho de formiguinha, pretendemos contribuir para mudar a imagem preconceituosa dos índios que, de uma forma geral, é veiculada pela escola. Mas é necessário aprofundar a pesquisa.

Por último, elaboramos também os Cadernos de Museologia, editado pela UERJ, com artigo de um antropólogo americano, James Clifford, sobre os museus tribais no Canadá e outro artigo que escrevi sobre como os índios descobriram o museu aqui no Brasil. Feita essa apresentação, na palestra de hoje queria destacar cinco idéias relacionadas à questão indígena, que não são corretas, mas que continuam presentes na cabeça da maioria dos brasileiros. Depois, então, abrimos para o debate.

Primeiro equívoco: o índio genérico

A primeira idéia que a maioria dos brasileiros tem sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua. Ora, essa é uma idéia equivocada, que reduz culturas tão diferenciadas a uma entidade supra-étnica. O Tukano, o Desana, o Munduruku, o Waimiri-Atroari deixa de ser Tukano, Desana, Munduruku e Waimiri-Atroari para se transformar no “índio”, isto é, no “índio genérico”. Alguém aí pode objetar: - Ah, mas existe também “europeu” como uma denominação genérica que engloba vários povos de línguas e culturas diversas e ninguém questiona isso. É verdade. No entanto, quando um português ou um francês dizem que são europeus, essa denominação genérica não apaga a particular. Eles continuam sendo, cada um, português ou francês. No entanto, no caso do “índio”, o equívoco está em que o genérico apaga as diferenças. O “índio” deixa de ser Tukano, Desana, etc. para se transformar simplesmente no “índio”.

Hoje vivem no Brasil mais de 200 etnias, falando 188 línguas diferentes. Cada povo tem sua língua, sua religião, sua arte, sua ciência, sua dinâmica histórica própria, que são diferentes de um povo para outro. Só para dar uma noção para vocês sobre essa enorme diversidade, quando Frei Gaspar Carvajal desceu o rio Amazonas em 1540, encontrou aqui povos que falavam dezenas de línguas diferentes, tão diferentes entre elas como o português é do alemão. O padre Acuña, um jesuíta que em 1640 acompanhou a expedição de descida de Pedro Teixeira, escreve que só no baixo Amazonas existiam pelo menos 150 povos, falando 150 línguas diferentes. Por essa razão, o padre Antônio Vieira denominou o rio Amazonas de rio Babel. Recentemente, um trabalho feito pelo lingüista tcheco Cestmir Loukotka, em 1968, sobre a classificação de línguas,

mostrou que na Amazônia brasileira, em 1500, eram faladas mais de 700 línguas diferentes. No território que é hoje o Brasil, eram faladas mais de 1.300 línguas. O grau de intercomunicação entre elas é variável. A diferença que pode haver entre a língua Macuxi e a Ingaricó, ambas do tronco lingüístico Karib, é comparável à diferença existente entre o português e o espanhol, ou seja, é possível estabelecer um nível mínimo de comunicação. No entanto, não é o que ocorre, por exemplo, entre a língua Makuxi (Karib) e a Wapixana (Arauk); entre línguas de troncos diferentes, as diferenças podem ser comparáveis a existente entre o alemão e o português. Ninguém se entende. É o caso, também, da língua Tupinambá, do tronco Tupi, e da língua Goitaká, do tronco Macro-Jê, eram povos vizinhos no Rio de Janeiro, cujas línguas não permitiam uma comunicação entre eles.

A dimensão dessas diferenças lingüísticas pode ser mais bem visualizada com um fato que foi presenciado e filmado por Anete Amâncio, responsável pelo Serviço de Documentação da Funai em Manaus. Ela conseguiu organizar uma rica videoteca, com filmes sobre diferentes grupos indígenas. Um deles é o resultado de uma filmagem feita numa viagem de Boa Vista, em Roraima, para Santa Helena, na fronteira com a Venezuela. Ela viu na beira da estrada uma índia. Parou o carro e se aproximou já com a câmera ligada. A índia estava com uma criança no colo, cantando uma belíssima canção de ninar. Anete filmou todo o canto, em uma língua que para nós é incompreensível. Quando a índia terminou de cantar, Anete pediu-lhe, em português, que traduzisse o significado das palavras. A índia olhou, olhou, olhou silenciosamente para a câmera e depois falou algumas frases na língua dela. Anete insistiu: “a senhora pode dizer o que significa em português?”. Parece que ela achou que a Anete estivesse pedindo que cantasse outra música, porque voltou a cantar. Quando terminou, a mesma pergunta foi repetida:

- O que significa, em português, a letra da canção?

A senhora índia não respondeu. Nisso, chega um senhor, um índio, e se apresenta. Era o marido da índia, com quem convivia há 40 anos. Explicou olhando para a câmera que sua mulher não podia responder, porque não falava nem entendia o português, era uma índia Wapixana. A criança no colo dela era sua neta. Então, Anete pediu que ele, que falava português, traduzisse a letra da música:

- Não posso, eu não entendo a língua dela, o Wapixana. Eu sou Makuxi.
- Então pergunte dela o que significa.
- Não adianta, ela não fala makuxi.
- Então, como é que vocês, que vivem 40 anos juntos, se comunicam?

O Wapixana é uma língua do tronco lingüístico Aruak e o Makuxi de um outro tronco, o Karib. São duas línguas muito diferentes. Quando vi o filme, fiquei pensando que esse podia ser, ironicamente, o segredo de uma união matrimonial duradoura e estável: falar línguas diferentes para não se comunicar. Mas o índio Makuxi informou que o casal se comunicou durante muito tempo através da mãe daquela criança que estava no colo, a filha de ambos, que falava português, wapixana e makuxi. Fiz um exercício de humor, imaginando que quando o casal brigava, a filha devia traduzir outra coisa, para que os seus pais não se ferissem com palavras duras. Suspeito que deve ter havido exagero no relato do índio, porque não é possível que em 40 anos de convivência, não tenham encontrado formas mínimas de se compreender. De qualquer forma, o relato é uma bela metáfora para a situação brasileira: nós precisamos funcionar como elo de comunicação, como ponte entre as culturas tão diferentes que nos pariram, criando um exemplo vivo de diálogo entre culturas, de interculturalidade. Exagerado ou não, o relato nos dá uma idéia das diferenças culturais, que devem ser reconhecidas e respeitadas. Se existem línguas tão diferentes e culturas tão diversas, não é correto colocá-las todas no mesmo saco.

O segundo equívoco: culturas atrasadas

A segunda idéia equivocada é considerar as culturas indígenas como atrasadas e primitivas. Os povos indígenas produziram saberes, ciências, arte refinada, literatura, poesia, música, religião. Suas culturas não são atrasadas como durante muito tempo pensaram os colonizadores e como ainda pensa muita gente ignorante.

As línguas indígenas, por exemplo, foram consideradas pelo colonizador, equivocadamente, como línguas “inferiores”, “pobres”, “atrasadas”. Ora, os lingüistas sustentam que qualquer língua é capaz de expressar qualquer idéia, pensamento, sentimento e que, portanto, não existe uma língua melhor que a outra, nem língua inferior ou mais pobre que outra. As pessoas, no

entanto, confundem muitas vezes as línguas com os seus falantes. O que existe são falantes que, na estrutura social, ocupam posições privilegiadas em relação aos falantes de outras línguas, dando a falsa impressão de que suas línguas são superiores, quando do ponto de vista estritamente lingüístico, não existe língua rica e língua pobre. Os proprietários de terra falam uma língua, os sem-terra falam outra. Aí, os primeiros determinam que sua língua é superior a dos segundo, o que não se sustenta cientificamente.

As religiões indígenas também foram consideradas pelo catolicismo guerreiro, no passado, como um conjunto de superstições, o que é uma estupidez siderúrgica. Basta entrar em contato com as formas de expressão religiosa de qualquer grupo indígena, para verificar que essa visão é etnocêntrica e preconceituosa. Desde 1992, tenho realizado visitas às aldeias dos índios Guarani Mbyá no Rio de Janeiro. São três aldeias, lá na serra da Bocaina: uma no município de Angra dos Reis e duas em Parati. Os Guarani foram considerados por alguns estudiosos como “os teólogos da América”, devido à sua profunda religiosidade, que se manifesta em todo momento, no cotidiano, penetrando nas diversas esferas da vida. As próprias atividades econômicas aparecem muitas vezes como simples pretexto para a realização de cerimônias. A colheita de produtos da roça pode ser motivo para rezas e danças rituais. O ciclo econômico anual é, antes de tudo, um ciclo de vida religiosa, que acompanha as diversas atividades de subsistência. A religião é, assim, um dos mais importantes fatores de identidade para os Mbyá.

Em qualquer aldeia Guarani, a maior construção é sempre a **Opy** - a Casa de Reza. Não possui janelas, apenas duas portas, uma voltada para oeste, de frente para o pátio central e a outra para leste, na direção do mar. O chão é de terra batida e o teto de folha de pindó. O mobiliário é constituído por alguns bancos, uma rede e uma fogueira. Nas atuais aldeias do Rio de Janeiro, a reza ou **porahêi** é realizada diariamente, todas as noites, durante os 365 dias do ano, de forma comunitária, contando com a participação de quase toda a aldeia. Começa por volta das 19 horas e vai até a meia-noite, podendo algumas vezes estender-se até a manhã. O cacique toca mbaracá e dirige as rezas, acompanhadas de cantos e danças. Não conheço nenhum grupo dentro da população brasileira que reze mais do que os Guarani. Acho que eles rezam mais do que todos os bispos reunidos numa assembléia geral da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Os Guarani Mbyá mantêm fidelidade à religião tradicional, resistindo às investidas de grupos evangélicos e de outras religiões. O cacique Verá Mirim, em depoimento ao antropólogo Aldo Littaiif, declarou, apontando para a Casa de Rezas: *“aqui é pra nossa reza, é pra se lembrar de Deus. Nós rezamos diretos com nosso Deus, Ñanderú; católico já tem santo. Esse é o nome de nosso Deus, Ñanderú”*.

A importância da religião Guarani pode ser avaliada através das palavras do vice-cacique, Luis Eusébio, que eu gostaria de ler para vocês. Ele disse: *“Se o Mbyá deixar a religião dele, a língua, vai começar a beber, faz baile, tem briga com parente, casa com branco e desaparece a nação, morre o índio”*.

Segundo a antropóloga francesa Hélène Clastres, a religião Guarani significa para os índios a sua própria condição de sobrevivência, num mundo superpovoado pelos brancos, uma vez que é a religião que ensina como conviver com os outros, ensina a tolerância, a generosidade, a solidariedade e as estratégias de vida. Quanto mais diminuem as diferenças de hábitos entre índios e brancos, no cotidiano, maior força tem a religião, que passa a ser um fator decisivo de diferenciação étnica.

O processo colonial e a catequese fizeram tudo para acabar com as línguas e as religiões indígenas. Não conseguiram. O padre João Daniel, um jesuíta que viveu na Amazônia no século XVIII, faz um balanço desse processo num livro bonito que ele escreveu: *“Tesouro Descoberto no rio Amazonas”*. Lá, ele conta que por volta de 1750 um missionário espancou uma índia do Marajó com ‘bolos’ de palmatória, dizendo: *“Só paro de bater quando você disser ‘basta’, mas não na tua língua”*. Ela calou. Suas mãos sangraram, mas ela não traiu a língua-mãe. Ele conta também o que os índios de uma aldeia do Pará faziam com os escapulários distribuídos pelos missionários: colocavam nos pescoços dos macacos domésticos para enfeitá-los. *“A religião católica está pouco ‘intrinsecada’ no coração dos índios”* – escreveu João Daniel. Hoje, no Brasil, existem mais de 220 etnias, falando cerca de 188 línguas e praticando, muitos deles, suas próprias religiões.

Considerar essas religiões e línguas como “atrasadas” é produto, portanto, de extrema ignorância, de quem não estudou o problema.

As ciências indígenas também foram tratadas de forma preconceituosa pela sociedade brasileira. Os conhecimentos indígenas foram desprezados e ridicularizados, como se fossem a negação da ciência e da objetividade. Para combater esse equívoco, o Museu Goeldi, em 1992, realizou uma exposição sobre a ciência dos Kayapó, mostrando a importância dos saberes indígenas para a humanidade. Esta exposição documentou o conhecimento sofisticado que os Kayapó produziram acerca de plantas medicinais, agricultura, classificação e uso do solo, sistema de reciclagem de nutrientes, métodos de reflorestamento, pesticidas e fertilizantes naturais, comportamento animal, melhoramento genético de plantas cultivadas e semi-domesticadas, manejo da pesca e da vida selvagem e astronomia. Um dos organizadores da exposição, o antropólogo Darell Posey, explicou que existem índios especialistas em solos, plantas, animais, colheitas, remédios e rituais. Mas tal especialização não impede, no entanto, que qualquer Kayapó, seja homem ou mulher, tenha absoluta convicção de que detém os conhecimentos e as habilidades necessárias para sobreviver sozinho na floresta, indefinidamente, o que lhe dá uma grande segurança. Vou pedir permissão a vocês para ler a mensagem principal dessa Exposição, resumida na seguinte frase de Posey:

“Se o conhecimento do índio for levado a sério pela ciência moderna e incorporado aos programas de pesquisa e desenvolvimento, os índios serão valorizados pelo que são: povos engenhosos, inteligentes e práticos, que sobreviveram com sucesso por milhares de anos na Amazônia. Essa posição cria uma “ponte ideológica” entre culturas, que poderia permitir a participação dos povos indígenas, com o respeito e a estima que merecem, na construção de um Brasil moderno”.

Muitos grupos indígenas realizaram experimentação genética com plantas, diversificando e enriquecendo as espécies. Só aqui na região do rio Uaupés, afluente do rio Negro (AM), uma pesquisadora americana, Janette Chernella, em 1986 identificou 137 cultivares diferentes de mandioca entre os índios Tukano.

Esses conhecimentos, no entanto, não foram apropriados pela atual sociedade brasileira, por causa da nossa ignorância, do nosso despreparo e do nosso desprezo em relação aos saberes indígenas, os quais nós desconhecemos. O preconceito não nos tem permitido usufruir desse legado cultural acumulado durante milênios. Um especialista em biologia, citado pelo antropólogo francês Lévi-Strauss, no seu livro “*O Pensamento Selvagem*” chama a atenção para o fato de que muitos erros e confusões poderiam ter sido evitados, se o colonizador tivesse confiado nas taxonomias indígenas, em lugar de improvisar outras não tão adequadas.

Um desses erros foi percebido no início de 1985, durante o sério acidente sofrido pela usina nuclear de Angra dos Reis, construída num lugar que os índios Tupinambá haviam denominado de Itaorna e que até hoje é conhecido por este nome. Nesta área, na década de 1970, a ditadura militar começou a construir a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. Os engenheiros responsáveis pela sua construção não sabiam que o nome dado pelos índios podia conter informação sobre a estrutura do solo, minado por águas pluviais, que provocavam deslizamentos de terra das encostas da Serra do Mar. Só descobriram que Itaorna quer dizer “*pedra podre*”, em fevereiro de 1985, quando fortes chuvas destruíram o Laboratório de Radioecologia que mede a contaminação do ar na região. O prejuízo, calculado na época em 8 bilhões de cruzeiros, talvez pudesse ter sido evitado se não fossemos tão burros e preconceituosos.

O preconceito contra as línguas, as religiões e as ciências produzidas pelos índios alcançou também as artes indígenas, sobretudo a literatura. Os diferentes povos indígenas produziram uma literatura sofisticada, que foi menosprezada porque as línguas indígenas eram ágrafas, não possuíam escrita; e essa literatura foi passada de geração em geração através da tradição oral. As várias formas de narrativa e de poesia indígena, por isso, não são consideradas como parte da história da literatura nacional, não são ensinadas nas escolas, não são reconhecidas e valorizadas pela mídia.

No século passado e no início deste século, vários estudiosos recolheram no Pará e aqui no Amazonas, uma literatura oral de primeiríssima qualidade. Um deles foi o general Couto de Magalhães, que não era militar, era advogado e político, nascido em Minas Gerais; acontece que

ele recebeu a patente de general, porque quando era presidente da província do Mato Grosso, comandou as tropas brasileiras na guerra do Paraguai. Como vocês sabem, no Império, o Brasil estava dividido em províncias e não em estados e quem governava as províncias tinha o cargo de presidente e não de governador.

Pois bem, Couto de Magalhães foi presidente de três províncias: Mato Grosso, São Paulo e Pará. Ele não tinha, em princípio, qualquer motivo para simpatizar com os índios e compartilhava todos os preconceitos dos quais já falamos. No entanto, quando viajou ao Pará, no barco ouviu um índio contando histórias, durante horas, para uma platéia atenta de tripulantes, que ria e participava ativamente. Curioso, Couto de Magalhães se aproximou e ouviu que falavam uma língua que ele não entendia: o Nheengatu. Ele decidiu então aprender essa língua, só para conhecer as histórias. Ficou apaixonado com a beleza da literatura indígena, ele diz que é literatura de primeiríssima qualidade, equiparando-a à literatura grega. Recolheu e registrou muitas histórias, como aquelas que têm por personagem o jabuti. Essas narrativas tinham na verdade uma função educativa, de transmitir valores, formas de comportamento. Couto de Magalhães comentou, em uma observação muito inteligente, que um povo cuja literatura tem um personagem como o jabuti, lento e feio, que consegue vencer outros animais belos e fortes como a onça e o jacaré, só usando a astúcia, é um povo que tem civilização para dar e vender. “Um povo que ensina que a inteligência vence a força, é um povo altamente civilizado é um povo altamente sofisticado”, ele reconhece.

Outros estudiosos ficaram também apaixonados pela literatura indígena no final do século passado e no início desse século, como um nobre italiano, o conde Stradelli. Ele veio para o Amazonas, morou aqui quase 40 anos, aprendeu o Nheengatu – a língua geral falada no rio Negro e na época também no Alto Solimões. Ficou apaixonado com os mitos, os contos, as poesias indígenas, e recolheu e levou para publicar na Itália. Acabou morrendo leproso aqui em Manaus e foi enterrado no cemitério de Paricatuba.

Outro que andou encantado com a literatura indígena foi o Brandão Amorim, filho do comerciante português Alexandre Amorim, que hoje é nome de rua no bairro de Aparecida. Todo esse pessoal recolheu muitas narrativas, que infelizmente não fazem parte ainda do nosso

currículo escolar, o que faz com que os estudantes e a população brasileira ignorem esse patrimônio cultural da humanidade, que é a literatura indígena.

Terceiro equívoco: culturas congeladas

O terceiro equívoco é o congelamento das culturas indígenas. Enfiaram na cabeça da maioria dos brasileiros uma imagem de como deve ser o índio: nu ou de tanga, no meio da floresta, de arco e flecha, tal como foi descrito por Pero Vaz de Caminha. E essa imagem foi congelada. Qualquer mudança nela provoca estranhamento. Quando o índio não se enquadra nessa imagem, vem logo a reação: “Ah! Não é mais índio”. Na cabeça dessas pessoas, o “índio autêntico” é o índio de papel da carta do Caminha, não aquele índio de carne e osso que convive conosco, que está hoje no meio de nós.

O governador Gilberto Mestrinho, por exemplo, para impedir a demarcação das terras indígenas, veio com esse papo mole, que reforça preconceitos. Ele disse: “esses aí não são mais índios, já estão de calça e camisa, já estão usando óculos e relógios, já estão falando português, não são mais índios”. Ele criou uma nova categoria, desconhecida pela etnologia: os ex-índios. Aí, se essa lógica funciona, eu fico me perguntando se o Mestrinho não é, então, um ex-brasileiro, porque o cotidiano dele está marcado por elementos tomados emprestados de outras culturas. Aliás, isto acontece com todos nós. Você, por exemplo, está vestido com jeans, aliás muita gente aqui está com um tipo de roupa que não foi inventada por nenhum brasileiro. Estes móveis aqui também não são objetos “autênticos” da nossa cultura. A mesa e a cadeira têm uma história que vem lá da Mesopotâmia, onde foram projetadas no século VII a.C., passaram pelo Mediterrâneo sofrendo várias modificações antes de chegarem a Portugal e depois ao Brasil. A forma de construir em concreto também não é técnica brasileira. O computador não é brasileiro, o telefone não é brasileiro, enfim toda essa parafernália que a gente usa – os milhares de itens culturais presentes no nosso cotidiano - não tem suas raízes em solo brasileiro.

Então, o brasileiro pode usar coisas produzidas por outros povos - computador, telefone, televisão, relógio, rádio, aparelho de som, luz elétrica, água encanada - e nem por isso deixa de

ser brasileiro. Mas o índio, se desejar fazer o mesmo, deixa de ser índio? É isso? Quer dizer, nós não concedemos às culturas indígenas aquilo que queremos para a nossa: o direito de entrar em contato com outras culturas e de, como consequência desse contato, mudar.

O escritor mexicano Octávio Paz escreveu com muita propriedade que “as civilizações não são fortalezas, mas encruzilhadas”. Ninguém vive isolado absolutamente, fechado entre muros de uma fortaleza. Historicamente, cada povo mantém contato com outros povos. Às vezes essas formas de contato são conflituosas, violentas. Às vezes, são cooperativas, se estabelece o diálogo, a troca. Em qualquer caso, os povos se influenciam mutuamente. O conceito que nos permite pensar e entender esse processo é o conceito de **interculturalidade**.

E o que é a interculturalidade? É justamente o resultado da relação entre culturas, da troca que se dá entre elas. Tudo aquilo que o homem produz em qualquer cultura e em qualquer parte do mundo - no campo da arte, da técnica, da ciência - tudo o que ele produz de belo merece ser usufruído por outro homem de qualquer outra parte do planeta. Os índios, aliás, estão abertos para esse diálogo. O problema é que historicamente eles não escolheram o que queriam tomar emprestado, isto lhes foi imposto a ferro e fogo. Então, historicamente essa relação não tem sido simétrica, não tem tido mão dupla, tanto na Amazônia, como no resto do Brasil e da América. Ou seja, os índios não puderam ter liberdade de escolha, de olhar o leque de opções e dizer: “nós queremos isso, nós queremos trocar aquilo”. As relações foram assimétricas em termos de poder. Não houve diálogo. Houve imposição do colonizador. Aquilo pelo qual nós brigamos hoje é por uma interculturalidade, entendida como um diálogo respeitoso entre culturas, de tal forma que cada uma delas tenha a liberdade de dizer: “Olha! Isso nós queremos, isso nós não queremos”, ou então, “nós não queremos nada disso”. É essa liberdade de transitar em outras culturas que não concedemos aos índios, quando congelamos suas culturas.

Em novembro do ano passado, a COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - me convidou para assessorar uma assembléia de líderes indígenas aqui em Manaus. Eu vim e encontrei um grande amigo meu, o Idjarruri, um índio Karajá com quem eu havia convivido em 1992. Na hora de me despedir, eu disse: “Olha só, a gente passou tantos anos sem ter notícias, não podemos mais perder o contato. Como é que eu faço para te encontrar?” Eu

pensava que ele fosse me dar um número de um posto telefônico para deixar recado. Mas ele disse: “Anota aí: Idjarruri@karaja.com.br ou coisa semelhante, mas era o endereço na internet. Depois me deu seu celular. Nesse caso, o computador e o celular são usados como armas defensivas para preservar elementos de sua cultura.

Vocês devem ter lido, em novembro do ano passado, uma excelente matéria sobre a escola Waimiri Atroari, que saiu no jornal *A Crítica*, escrita pela Ana Célia Ossame, com belíssimas fotos do Euzivaldo Queiroz, que mostram os índios, semi-nus, usando um computador em uma escola – uma construção coberta de palha - combinando o novo com o tradicional. A Ana Célia contou nessa reportagem, uma coisa que me emocionou muito. Quando ela passou lá, no dia 30 de novembro, os índios estavam em sala de aula, numa atividade escolar. Os índios Waimiri Atroari, há 40 anos atrás, não falavam português e nem sabiam o que era escola. Eles tinham outras instituições encarregadas de transmitir saber, ciências, artes e literatura, que era a tradição oral. No contato com a sociedade brasileira, eles decidiram criar uma escola, para aprender português como segunda língua, da mesma forma que a gente aprende o inglês, para poder sobreviver e entrar em contato com o mundo. O brasileiro aprende o inglês, não para substituir o português, mas para desempenhar outras funções. Assim também os índios aprendem o português, não com o objetivo de eliminar suas próprias línguas, que continuam com a função de comunicação interna, mas para se comunicar para fora.

Bom! Para aprender o português e ser alfabetizado, as instituições tradicionais indígenas não dão conta do recado. É preciso pedir emprestado uma instituição da sociedade brasileira: a escola que, aliás, não foi inventada por nenhum brasileiro, foi também importada. Os Waimiri Atroari construíram, então, uma escola, um enorme malocão de forma circular, sem portas, onde você pode entrar e sair na hora em que quiser. Não sei se vocês viram, se alguém viu, as fotos daquela construção Waimiri Atroari. Parece uma catedral, toda de palha, com um poste central subindo, subindo bem alto. As fotos mostram ainda as carteiras dispostas uma atrás da outra, como nas nossas escolas, o que é discutível do ponto de vista pedagógico. Os alunos, semi-nus, estão sentados com cadernos, livros, lápis e caneta para escrever. Eles estavam lá, sem camisa, sem uniforme: uma escola sem farda, sem horário fixo, sem currículo rígido. Olha só que coisa maravilhosa! Quando os jornalistas passaram por lá, o professor estava no quadro, dando aula de

alfabetização em Waimiri Atroari. De repente, alguém gritou: “Olha a paca!” Aí o professor deu um assobio e - vamos lá moçada – aí ele saiu com os alunos, e naquele momento a aula deixou de ser de alfabetização para se transformar em aula de caça tradicional.

Diante desse fato, fiquei pensando o seguinte: como professor - eu sou professor normalista formado pelo Instituto de Educação do Amazonas, professor de primeiro e segundo grau e professor universitário - quantas e quantas vezes, eu fiquei com vontade de sair atrás da caça

Lembro um dia em que senti isso muito forte. Eu estava dando uma aula na UERJ, na mesma hora em que estava havendo uma palestra do João Saldanha. Não sei se vocês conheceram o Saldanha, um comentarista esportivo, que foi técnico da Seleção Brasileira e militante do Partido Comunista. Tinha um papo muito agradável e sedutor, conhecia muito a cultura popular e era um excelente contador de histórias. Eu estava dando aula no 10º andar e ele com sua palestra no 9º andar. Eu estava querendo ouvi-lo, mas tinha que dar a minha aula e não tive coragem de chegar para os alunos e dizer: “vamos todo mundo para lá, que está muito mais interessante”. O Saldanha era a caça que estava passando lá fora. Meses depois, ele morreu. Os alunos e eu não podemos mais ouvi-lo. Por isso, aprendi com os índios. Agora, corro atrás da paca.

O interessante, porém, a ressaltar aqui é que quando os índios tomam uma instituição emprestada, como a escola, eles dão outro significado, criam outras formas de usar essa instituição, fazendo com que repensemos a prática escolar na nossa sociedade. Este exemplo da escola Waimiri-Atroari é bem ilustrativo de como a interculturalidade não é apenas uma mera transferência de conteúdo de uma cultura para outra. A interculturalidade é uma construção conjunta de novos significados, onde novas realidades são construídas sem que isso implique abandono das próprias tradições.

Concluindo esse tópico, podemos dizer que a cultura brasileira muda, a chinesa muda, a americana muda, todas as culturas mudam. As culturas indígenas também mudam, e isto por si só não é ruim, não é algo necessariamente negativo. Não é ruim que mudem, o ruim é quando a mudança é imposta, sem deixar margem para a escolha.

Quarto equívoco: os índios pertencem ao passado.

O quarto equívoco consiste em achar que os índios fazem parte apenas do passado do Brasil. Num texto de 1997 sobre a biodiversidade vista do ponto de vista de um índio, Jorge Terena escreveu que uma das conseqüências mais graves do colonialismo foi justamente taxar de “primitivas” as culturas indígenas, considerando-as como obstáculo à modernidade e ao progresso. Vou ler para vocês que ele escreveu:

“(Eles) vêem a tradição viva como primitiva, porque não segue o paradigma ocidental. Assim, os costumes e as tradições, mesmo sendo adequados para a sobrevivência, deixam de ser considerados como estratégia de futuro, porque são ou estão no passado. Tudo aquilo que não é do âmbito do Ocidente é considerado do passado, desenvolvendo uma noção equivocada em relação aos povos tradicionais, sobre o seu espaço na história”.

Os índios, é verdade, estão encravados no nosso passado, mas integram o Brasil moderno, de hoje, e não é possível a gente imaginar o Brasil no futuro sem a riqueza das culturas indígenas. Se isto por acaso ocorresse, o país ficaria pobre, muito pobre, e feio, muito feio, igual ao bairro Amarelo. Para ilustrar este tópico, pode ser interessante contar para vocês o que aconteceu com o bairro Amarelo, um grande conjunto habitacional localizado em Helledorf, no norte da ex-Berlim Oriental, na Alemanha.

Em 1985, o Governo alemão construiu um conjunto habitacional tipo BNH, em Berlim. Eram blocos pré-moldados de 5 a 6 andares, uns caixotões de concreto pré-fabricados, com uma fachada pintada de um amarelo duvidoso de diarréia. Era muito pior que o conjunto Eldorado, ali no Parque Dez. Cerca de dez mil pessoas de baixa classe média moravam lá, em 3.200 apartamentos. Os moradores reclamavam muito, depois do trabalho não tinham vontade de voltar para casa, porque achavam o bairro feio, o lugar horrível, pesado e triste. Quando caiu o muro de Berlim, em 1989, a cidade passou por um processo de reforma urbana sem precedentes. O Instituto de Urbanismo de Berlim colocou 50 milhões de dólares para dar uma melhorada, uma “guaribada” no bairro. Chegaram com os moradores e disseram: “a gente quer mudar o bairro de

vocês, mas a gente quer saber com que cara vocês querem que ele fique”. Os moradores se reuniram, discutiram e concluíram: “nós queremos que nosso bairro tenha a cara da América Latina que é bonita e alegre”. Foi feita a licitação e se apresentaram mais de 50 escritórios de arquitetura da América Latina. Ganhou um escritório brasileiro de São Paulo - Brasil Arquitetura.

Aí os arquitetos foram lá, conversar com o pessoal do bairro. O bairro tinha várias entradas diferentes. A primeira proposta deles foi construir jardins e colocar algumas esculturas de artistas plásticos brasileiros nessas entradas de acesso. Depois discutiram sobre a reforma nas fachadas dos edifícios, com a qual os moradores implicavam. Os moradores pediram: “nós queremos que sejam colocados azulejos com arte indígena, com desenhos dos índios”. Bom, se os arquitetos andassem 5 km, iam chegar no Museu Etnográfico de Berlim, onde existem milhares de obras de arte indígena, com desenhos em todo tipo de suporte: em cerâmica, tecido, palha e até em papel. No entanto, o que se queria não era arte indígena do passado, mas arte indígena de hoje, contemporânea. Os arquitetos decidiram sair atrás de desenhos novos, atuais, com uma série de dúvidas: será possível encontrá-los, depois de 500 anos de contato, do saqueio colonial, do trabalho compulsório, dos massacres, das missões, das invasões de terras, das estradas, dos colonos, dos garimpos, das frentes extrativistas, das hidrelétricas, dos grandes projetos? Os índios não teriam perdido suas fontes de inspiração? Em muitas sociedades indígenas, as tigelas e potes de cerâmicas foram substituídos por peças de alumínio e plástico, as indumentárias e adornos tradicionais foram trocados pelo vestuário ocidental: em que medida este fato afetou a expressão artística tradicional?

Hoje, no Brasil, existem mais de 200 povos indígenas, quase todos eles produzindo artes gráficas. Os arquitetos Francisco Fanucci e Marcelo Ferraz, responsáveis pelo projeto de remodelação das fachadas, acabaram optando pelos Kadiweu, cujos desenhos consistem em figuras geométricas abstratas. Como a pintura Kadiweu é tarefa exclusiva da mulher, os dois arquitetos realizaram concurso entre as índias da aldeia Bodoquena, no Mato Grosso do Sul. Mandaram para a aldeia um lote de papel cortado no tamanho estabelecido, as instruções sobre as cores e canetas hidrográficas. Noventa e três índias, de 15 a 92 anos de idade, realizaram três propostas cada uma. O resultado agradou a todo mundo. Os arquitetos selecionaram, num

primeiro momento, 300 estampas coloridas, exclusivas, criadas pelas índias, e depois escolheram seis delas como vencedoras do concurso. No dia 19 de junho de 1998, essas estampas, transformadas em azulejos, foram inauguradas nas fachadas dos blocos do Bairro Amarelo, alegrando-o, humanizando-o, tornando-o mais belo, habitável e civilizado, facilitando a convivência e a comunicação entre os seus moradores. A aldeia Bodoquena ganhou, por esse trabalho civilizatório, 20 mil marcos alemães e mais passagens e estadias de dez dias para as seis índias, artistas Kadiweu, que estiveram presentes na festa de inauguração.

A reforma urbana de um conjunto habitacional de Berlim com desenhos Kadiweu mostra os equívocos da concepção evolucionista ultrapassada que considera as experiências das sociedades indígenas no campo da arte e da ciência como primitivas, pertencentes à infância da humanidade, sem lugar no tempo presente. Ele serve também para exemplificar como um bem cultural pode adquirir novos usos e novas significações, se nele é investido um novo trabalho cultural. Serve ainda para formularmos algumas perguntas inquietantes: Por que um povo, como o alemão, possuidor de um expressivo patrimônio artístico próprio, busca melhorar sua qualidade de vida, lançando mão de elementos atuais das culturas indígenas? Será que moradores de bairros de qualquer capital brasileira tomariam decisão semelhante? Por que não?

Os portugueses, primeiro, e depois os brasileiros, durante cinco séculos acreditaram que os índios eram atrasados e que portugueses e brasileiros representavam a civilização. Portanto, a nossa obrigação era civilizá-los, ou seja, fazer com que eles deixassem de ser índios e passassem a ser como nós. Ocorreu um verdadeiro massacre durante esses 500 anos, com o extermínio de muitas etnias. Os índios ficaram relegados, como pertencentes a um passado incômodo e distante do Brasil.

Esta situação, do ponto de vista legal, foi modificada, com a Constituição brasileira de 1988, graças às organizações dos índios, a um trabalho importante do CIMI, ao apoio dos aliados dos índios – antropólogos, historiadores, professores - que conseguiram impor o reconhecimento por parte do estado brasileiro da existência hoje dos índios e desses dois pontos básicos:

1º - que os índios são diferentes;

2º- que não se trata apenas de tolerar essa diferença; mas de estimulá-la.

Essa diferença, considerada no passado como atentatória à segurança nacional, hoje está sendo percebida como um elemento altamente enriquecedor da cultura brasileira.

Em 1980, entrevistei um índio Shuar para o jornal Porantim. O Shuar é um povo que vive uma parte no Equador e outra parte no Peru. Eles decidiram criar uma Rádio Shuar. É um rádio bilíngüe, que transmite uma parte da programação em espanhol, e a outra em língua shuar: literatura, música, poesia, tudo em língua Shuar. Pois bem, entrevistei o líder Ampam Krakas e perguntei dele em português:

- *“Cual es tu Pátria?”*

Ele me respondeu:

- *“Mi pátria grande es el Ecuador y mi pátria chica es el Shuar.”*

Nesta resposta está a síntese do que os índios representam em termos de presente e de futuro: essa relação com o estado brasileiro e com a identidade nacional, com a pátria grande, não deve anular a pátria pequena, pequena em termos numéricos, mas não em termo de qualidade. Para o Brasil, para o futuro de nossos filhos e netos, é importante que essas “pátrias pequenas” continuem existindo. Elas representam a riqueza da diversidade cultural de nosso país.

O quinto equívoco: o brasileiro não é índio

Por último, o quinto equívoco é o brasileiro não considerar a existência do índio na formação de sua identidade. Há 500 anos atrás não existia no planeta terra um povo com o nome de povo brasileiro. Esse povo é novo, foi formado nos últimos cinco séculos com a contribuição, entre outras, de três grandes matrizes:

1. As matrizes européias, assim no plural, representadas basicamente pelos portugueses, mas também pelos espanhóis, italianos, alemães, poloneses, etc;

2. As matrizes africanas, também no plural, da qual participaram diferentes povos como os sudaneses, yorubás, nagôs, gegês, ewes, haussá, bantos e tantos outros;
3. Finalmente, as matrizes indígenas, formadas por povos de variadas famílias lingüísticas como o tupi, o karib, o aruak, o jê, o tukano e muitos outros.

Depois, as migrações de outros povos como os japoneses, os sírio-libaneses, os turcos, vieram diversificar e engrandecer ainda mais a nossa cultura. No entanto, como os europeus dominaram política e militarmente os demais povos, a tendência do brasileiro, hoje, é se identificar apenas com o vencedor – a matriz européia – ignorando as culturas africanas e indígenas. Isso reduz e empobrece o Brasil, porque você acaba apresentando aquilo que é apenas uma parte, como se fosse o todo.

Foi o que fizeram na comemoração dos 400 anos do Brasil. Essas comemorações são importantes, porque revelam aquilo que o país quer lembrar e aquilo que o país quer esquecer. Então, no dia 4 de maio de 1900, ocorreu a Sessão Magna do Quarto Centenário do Brasil. A abertura do evento foi feita por Paulo de Frontin (1860-1933), engenheiro e político carioca, que ficou conhecido em todo o Brasil, por haver ampliado o potencial de abastecimento de água do Rio de Janeiro, que era a capital do Brasil. Anos depois, ele se tornou prefeito do Rio de Janeiro. Foi duas vezes senador e se tornou patrono da Engenharia Brasileira. Ouçam o que ele disse no discurso de abertura do Quarto Centenário do Brasil. Vou ler as palavras dele, que estão entre aspas, escritas aqui com a ortografia da época:

“O Brasil não é o índio; este, onde a civilização ainda não se estendeu, perdura com os seus costumes primitivos, sem adeantamento nem progresso. Descoberto em 1500 pela frota portugueza ao mando de Pedro Alvares Cabral, o Brasil é a resultante directa da civilização occidental, trazida pela immigração, que lenta, mas continuamente, foi povoando o sólo”.

“A religião, a mais poderosa fôrça civilizadora da epocha, internou-se pelos longínquos e ínvios sertões brasileiros e, sob o influxo de Nóbrega e Anchieta, conseguiu assimilar número considerável de aborígenes, que assim se incorporaram à nação Brasileira. Os selvícolas,

esparços, ainda abundam nas nossas magestosas florestas e em nada differem dos seus ascendentes de 400 anos atrás; não são nem podem ser considerados parte integrante da nossa nacionalidade; a esta cabe assimilá-los e, não o conseguindo, eliminá-los”.

Foi isso mesmo que você ouviu. Tirei do “Livro do Centenário (1500-1900): Sessão Magna do Centenário no dia 4 de Maio de 1900. Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil” (Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1910. Pg. 187). Que horror! Nos quatrocentos anos do nosso país, na abertura da comemoração oficial, uma autoridade diz que os índios “não podem ser considerados parte integrante da nossa nacionalidade”, e propõe que se o Brasil “não conseguir assimilá-los deve ELIMINÁ-LOS”.

O índio, no entanto, não foi “eliminado” nem “assimilado”. Suas culturas se modificaram da mesma forma que a brasileira, a portuguesa ou qualquer outra cultura. No entanto, hoje, além de mais de 220 povos viverem falando suas línguas, mantendo organizações sócio-políticas próprias, o índio permanece vivo dentro de cada um de nós, mesmo que a gente não saiba disso. Não é só dentro do amazonense, cujas raízes indígenas são muito recentes. Olha a Vera Fischer, loura, de olhos azuis, filha de uma migração recente. Não seria exagerado afirmar que a Vera Fischer é tão negona quanto uma passista da escola de samba ou tão índia quando uma caboca vendedora de tacacá, e isso porque a negritude e a indianidade não é marcada pela cor da pele, pelo tipo de cabelo, pela forma do nariz. Não é uma questão genética, é uma questão cultural, histórica. Na hora em que aquele descendente de um alemão lá de Santa Catarina, louro e do olho azul, começar a rir - como é que ele vai rir? Do que é que ele vai rir? Na hora de sentir medo – ele vai sentir medo de quê? De onde saem seus fantasmas? Com quem ele sonha? Quando tiver que fazer suas opções culinárias, de música, de dança, de poesia, de onde é que saem os critérios de seleção? Quando fala uma variedade regional do português, de onde veio essa forma de falar? É aí que afloram as heranças culturais, as marcas indígenas e negras, ao lado das européias.

“No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é” – disse um grande antropólogo brasileiro, Eduardo Viveiros de Castro. Ele disse isso num contexto em que os arrojados que ocuparam a terra indígena Raposa Serra do Sol queriam que os índios Makuxi, Wapixana, Taurepang Ingarikó provassem que eram índios.

Vou concluir lembrando um fato real que me foi contado pelo escritor português Antônio Alçada. Ele estava fazendo turismo na Grécia com um grupo de amigos portugueses, lá numa daquelas ilhas gregas. Estava em pé, parado, conversando com esses amigos, quando passou um grupo de turistas japoneses, carregados de máquinas fotográficas. Até aí nada demais, porque tem turista japonês em qualquer boca do mundo. Enquanto os turistas japoneses prosseguiram seu caminho, um deles parou diante do grupo lusitano, ficou olhando e ouvindo os portugueses por alguns minutos, depois se aproximou e perguntou num perfeito português com sotaque paulista: *“Desculpa. Eu sou brasileiro. Vocês são portugueses?”* O Antônio Alçada respondeu: *“Somos”*. O “japonesinho” de São Paulo, então, deu um logo e estridente assobio para o grupo dele que havia se distanciado. Todo mundo virou a cabeça para trás e ele gritou: *“Ei, pessoal! Venham aqui que eu encontrei um grupo dos nossos antepassados”*. O escritor português contou que sentiu uma sensação estranha e pensou: *“Eu? Antepassado desses japoneses? Como? Se os pais deles deviam estar numa ilha, lá no Japão, na geração anterior, e não têm nada que ver comigo”*.

Acontece que tem, porque nesse caso o imigrante que chega aqui no Brasil acabou assumindo a cultura e a história do país, embora muitos deles mantenham suas ‘pátrias chicas’. Desta forma, assumiu um passado que não é dele individualmente, nem de sua família, mas é coletivo, da nação, do povo ao qual ele agora pertence, mesmo mantendo algumas das particularidades da cultura de origem. Nesse sentido, é claro que o imigrante, muitas vezes bilíngüe, que fala a língua de seus pais, mas aprendeu o português e se tornou brasileiro, pode ver num português o seu antepassado histórico. A questão que se coloca é se esse mesmo “japonesinho de São Paulo” teria a mesma reação diante de um grupo de índios ou de negros. Ele costuma reivindicar apenas a matriz europeia, que nos deu a língua que falamos e que marcou inapelavelmente nossa cultura, e da qual temos motivos para nos orgulhar. No entanto, seria recomendável que ele conhecesse e tivesse orgulho da contribuição dos povos indígenas e das diferentes culturas africanas que também e tão bem marcaram a nossa forma de ser. Mas ele está marcado pelo discurso dominante, ignorante e

boçal, como o de Paulo de Frontin, que se envergonha dessas matrizes e pretende eliminá-las. O que deve ser eliminado é esse tipo de discurso.

Esses não são os únicos equívocos que cometemos em relação aos índios e a nós mesmos, mas talvez sejam aqueles que mereçam urgentemente ser discutidos. Então, vamos ao debate. Muito obrigado.